

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO AMAZONAS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BORBA

Paula Naranjo da Costa¹

¹Licenciada em Pedagogia e Mestre em Educação em Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Professora de Educação Especial da SEDUC - AM, Pedagoga do Programa de Apoio Psicopedagógico aos Discentes no Núcleo de Inclusão para Pessoas com Necessidades Específicas da Escola Normal Superior (ENS/UEA), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Inclusiva e o Aprender na Diversidade (GEIAD/UEA) E-mail: naranjo.paulac@gmail.com

Introdução

O contexto educacional amazônida é marcado por uma diversidade sociocultural permeada pelos saberes dos rios e florestas, tornando-se campo fértil de pesquisa docente. Por outro lado, implica uma complexidade de acesso a processos formativos, em especial no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), parte da política pública de educação inclusiva destinada aos estudantes público da Educação Especial (Brasil, 2009).

O AEE se caracteriza como um serviço de apoio, não substitutivo à escolarização comum, e ocorre prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Possui caráter complementar ou suplementar à formação escolar dos estudantes por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas com vistas à eliminação de barreiras que impedem a aprendizagem e participação social (Brasil, 2010).

De acordo com a resolução nº 4 (Brasil, 2009), que institui diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, reafirmada pelo decreto nº 12.773 (Brasil, 2025) da nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva no Brasil, é necessária formação docente especializada, com intuito, dentre outros eixos de atuação, o de identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes contidas no plano de atendimento educacional especializado (PAEE).

Nesse íterim, é de suma relevância a formação de professores para a atuação na perspectiva inclusiva, compreendendo os fundamentos do AEE e assegurando, por meio de práticas pedagógicas e articulação com o ensino comum, medidas que possam garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos (Pereira, 2024).

Os desafios diante desse cenário são diversos, dentre eles a dificuldade de trabalho em colaboração, dada a organização no contraturno do AEE que impede uma comunicação mais efetiva no que se refere ao planejamento e troca de experiências sobre as estratégias à aprendizagem dos estudantes público da educação especial (Lima e Santos, 2023).

Dessa forma, o presente trabalho objetiva descrever a experiência no módulo final do curso de formação continuada para professores em AEE realizado no município de Borba – Amazonas, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, de modo a refletir acerca das barreiras e contrapontos do fazer docente no processo formativo inclusivo.

Metodologia

O trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, ao considerar a relação entre os docentes, suas concepções e os significados que atribuem, os quais fazem parte do cotidiano escolar, sendo este fenômeno educacional situado dentro de um contexto social e inserido em uma realidade histórica que sofre uma série de determinações (Ludke e André, 2015).

Para tanto, a abordagem foi desenvolvida a partir do “Módulo 5 (Atendimento Educacional Especializado, Trabalho Colaborativo e Mediação Pedagógica)”, do curso de formação continuada para professores em Atendimento Educacional Especializado realizado no município de Borba – Amazonas, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas e o Ministério da Educação. Participaram do curso cinquenta e sete docentes das escolas públicas do município que atuavam no AEE e da educação básica que atuavam com o público da educação especial na perspectiva inclusiva, com carga horária de 20h, o que compreendeu dois dias de estudos e atividades.

As aulas foram planejadas de forma expositiva e dialogada acerca dos conceitos e finalidades do AEE baseados no Modelo Social da Deficiência (Diniz, 2007), ao deslocar para a sociedade as barreiras impostas na inclusão de pessoas com deficiências. Foram levantados, de forma crítica e reflexiva, os seguintes temas: marcos legais e normativos; organização do AEE na escola e a articulação com o ensino regular; público da Educação Especial; conceito de trabalho colaborativo na educação; relação entre professor do AEE, professor regente e equipe pedagógica e atuação da família no processo educacional. As discussões culminaram em atividades práticas voltadas às vivências docentes nas escolas do município e serviram como forma de reflexão prática-teórica sobre a própria prática (Imbernón, 2011) diante da realidade local.

Resultados e discussão

Ao considerar as especificidades locais e regionais do município de Borba, que conta com 34.869 habitantes segundo estimativa do IBGE (2025) e tem como principal movimentação econômica a festa tradicional de Santo Antônio, a primeira ação foi conhecer como ocorria o funcionamento do AEE no município. Verificou-se que das oito escolas da rede pública, sete possuíam SRM e as das áreas rurais não possuíam SRM. Embora fosse um número expressivo em relação a outras localidades, os docentes cursistas relataram insuficientes conhecimentos da organização do serviço de AEE e funcionamento das SRMs. Ademais, não havia evidências da garantia do acesso, participação e aprendizagem dos estudantes.

O serviço do AEE ocorre no turno inverso da matrícula regular, prioritariamente em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos, o qual deve ser disponibilizado na própria escola ou em outra escola de ensino regular (Brasil, 2010). Todavia, o que se observou foi a ausência de orientação e acompanhamento por departamentos ou coordenações da Educação Especial, o que denota fragilidade no compromisso com o direito à educação do público no município.

De acordo com o estudo de Pereira (2024), a realidade de alguns municípios do Amazonas é marcada pela reprodução das condições excludentes originárias, considerando que os estudantes do público da educação especial permanecem excluídos dos processos educacionais, apesar das experiências construídas pelos professores.

Os docentes destacaram que a formação se fazia necessária principalmente pela ausência de formação ofertada no município e o difícil acesso a cursos em AEE presenciais na capital e à distância, devido à instabilidade do sinal de internet, o que contribui para um sentimento de despreparo e impotência no contexto da inclusão. Conceitos como acessibilidade curricular, tecnologia assistiva, desenho universal para a aprendizagem (DUA) e recursos acessíveis foram discutidos no percurso da formação e serviram como arcabouço teórico-metodológico para o trabalho com e para a diversidade.

Durante o módulo, relataram também experiências com os estudantes e a organização de estratégias pedagógicas mesmo sem apoio institucional. A respeito disso, Monteiro (2022) salienta que este cenário gera um conflito entre o desejo de contribuir para a aprendizagem dos estudantes e as condições concretas de trabalho dos professores, que em muitas situações se veem sozinhos sem poder verbalizar suas insatisfações, em virtude da prática de contratação temporária realizada nas escolas municipais.

Como produto das reflexões alimentadas na formação, os docentes realizaram atividades coletivas, de forma que pudessem discutir entre si, ações colaborativas entre o AEE, classe comum e a família, destinadas à inclusão escolar. A atividade basilar para a organização de práticas pedagógicas inclusivas se deu por meio do Estudo de caso, elaborado pelo professor do AEE para compor o PAEE, com a finalidade, conforme o decreto nº 12.773/2025, de orientar o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula comum, no âmbito do AEE, as atividades colaborativas de ensino e as ações de articulação intersetorial.

O objetivo foi contribuir com os docentes cursistas na construção de conhecimentos relativos ao AEE, por meio da elaboração do caso de um estudante real, discutido e escolhido em cada grupo, e a construção de estratégias para atender às necessidades escolares deste. No registro apresentado, os docentes discorreram sobre as habilidades e dificuldades dos estudantes em questão, bem como o desafio de realizar um trabalho colaborativo entre o ensino comum e o AEE, evidenciando que mesmo com objetivos de trabalho diferentes entre os profissionais, é indispensável a articulação para promoção de ações conjuntas inclusivas (Lima e Santos, 2023).

Como atividade final, foi proposta a elaboração de atividade mediada para um estudante público da educação especial, considerando a articulação e a aplicação no ensino regular. A pretensão das atividades foi envolver os professores cursistas no processo ativo da construção do conhecimento acerca do AEE, por meio de práticas comuns à sala de aula e do atendimento educacional especializado, como a elaboração de plano de aula, bem como da construção de recursos pedagógicos acessíveis fundamentados no DUA.



Figura 1 – docentes elaborando o estudo de caso



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 2 – docentes apresentando a atividade acessível



Fonte: Acervo da autora (2025).

Os docentes, munidos dos conhecimentos teóricos discutidos, aliados à prática vivenciada com o estudante do estudo de caso, bem como da capacidade criativa em grupos na produção de recursos pedagógicos, desenvolveram uma atividade com acessibilidade, explorando metodologias diversificadas com o foco na compreensão e uma aprendizagem significativa não só do estudante em questão, mas de toda a turma em que estava incluído.

Da mesma forma, puderam elaborar um esboço do PAEE com informações relevantes e detalhadas concernentes ao desenvolvimento das habilidades e necessidades dos estudantes, criando objetivos que se baseassem na parceria do AEE junto à escola e à família.

A experiência formativa possibilitou discussões críticas acerca da inclusão e do desenvolvimento do AEE, ainda que tenham sido evidenciadas narrativas alicerçadas no modelo biomédico, com concepções que não permitem enxergar para além da condição clínica e geram estigmas de incapacidade mediante ao apego do laudo médico. Nesse sentido, o processo de formação continuada se constitui como meio pelo qual se refletem os impeditivos da efetivação da inclusão e se questiona a estrutura social disponível, seja nos grandes centros urbanos ou na realidade do município de Borba.

Conclusões

O processo formativo com professores do município proporcionou ações teóricas e práticas sobre o AEE, contribuindo com o fomento de novas práticas pedagógicas à luz da perspectiva inclusiva. Além disso, vale ressaltar a necessidade de mais políticas educacionais de formação docente com investimentos prioritários aos municípios do Amazonas, dadas as especificidades logísticas de acesso.

A experiência formativa revelou que ainda existem inúmeras fragilidades para a efetivação do AEE e o processo inclusivo nas escolas, sendo necessário superar desde barreiras arquitetônicas a barreiras atitudinais e metodológicas. Nesse sentido, o trabalho colaborativo se constitui como possibilidade de fortalecimento da garantia de escolarização dos estudantes do público da educação especial. Além disto, o estudo de caso se torna imprescindível para a organização do trabalho pedagógico do AEE e sua articulação com o ensino comum, como metodologia obrigatória e reafirmada pela nova Política de Educação Especial Inclusiva.

Por fim, ressalta-se que a construção de práticas formativas no contexto amazônico não deve visar somente a ampliação do repertório teórico e de recursos pedagógicos acessíveis, mas a integração destes com as pluralidades geográficas, culturais, sociais e econômicas da região, de forma a tornar a educação inclusiva um compromisso de todos e a acessibilidade como direito assegurado aos estudantes público da educação especial.

Palavras-Chave: educação especial; educação inclusiva; formação continuada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 163, n. 234, p. 4, 9 dez. 2025. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=4&data=09/12/2025>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. **Resolução nº 4/2009, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Edições Câmara, 2009. Disponível:

https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. SEESP/GAB/. **Nota Técnica nº 11, de 07 de maio de 2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF: SEESP, 2010. Disponível em:

<https://share.google/z2oPjvcZOMy4Csi4W>. Acesso em: 30 mar. 2026.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Borba**. [S. l.]:

IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/borba/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2026.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução: Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, M. S.; SANTOS, J. O. L. Atendimento Educacional Especializado: articulação entre professor do AEE, da sala comum e família do aluno PAEE em duas Escolas Públicas do Município de Parintins (AM). **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. 1-24, 2023. DOI: 10.5902/1984686X71940. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71940>. Acesso em: 30 mar. 2026.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2a ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2015.

MONTEIRO, C. M. **Pesquisa-formação: o processo de reflexão de educadores a respeito da inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro do autismo**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2022.

PEREIRA, M. R. **Acesso e permanência de alunos público da educação especial nos municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, no estado do Amazonas: desafios e possibilidades**. 2024. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em:

<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10583>. Acesso em: 30 mar. 2026.